



Interpelação Escrita

O Governo da RAEM decidiu aumentar para 3350 patacas o valor da pensão para idosos a partir do dia 1 de Julho do corrente ano, aproximando-o assim do valor mínimo de subsistência. Trata-se de uma medida para garantir a qualidade de vida dos residentes, contudo, os mais de 40 mil idosos que optaram pela antecipação da pensão continuam sem ver o seu problema resolvido, isto é, as perdas sofridas devido ao método de cálculo adoptado. E agora, com este grande aumento, vão perder ainda mais dinheiro, portanto, são muitos os idosos que vão ser colocados perante um dilema: optar ou não optar pela antecipação da pensão.

Se um idoso de 60 anos optou pela antecipação da pensão em 2009, vai receber um total de 92.925 patacas durante 5 anos.

Método de cálculo:

1.700 patacas X 27 (meses) X 75% = 34.425 patacas

2.000 patacas X 21 (meses) X 75% = 31.500 patacas

3.000 patacas X 12 (meses) X 75% = 27.000 patacas

Total: 92.925 patacas

E, nos próximos 15 anos, ser-lhe-ão descontadas, no mínimo, 149.985 patacas.



3.180 patacas X 18 (meses) X 25% = 14.310 patacas

3.000 patacas X 162 (meses) X 25% = 135.675 patacas

Total: 149.985 patacas

Se às 149.985 patacas subtrairmos as tais 92.925 patacas, o referido idoso terá um prejuízo de 57.060 patacas. Assim sendo, o valor do prejuízo aumenta sempre que aumenta o valor da pensão para idosos.

Em 2013, quando o Chefe do Executivo se deslocou à Assembleia Legislativa para uma sessão de perguntas e respostas, admitiu que eram mais de 10 mil os idosos lesados devido à decisão de antecipação da pensão, e prometeu que ia resolver o problema e prestar esclarecimentos aos residentes quando o relatório actuarial fosse concluído. No dia 30 de Janeiro deste ano, quando o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura e o Presidente do Fundo de Segurança Social tiveram um encontro com os deputados, referi que, no passado, o Governo tinha sempre fugido à questão dos prejuízos causados aos mais de 40 mil idosos que anteciparam a pensão e do aumento significativo do valor desta. Na realidade, os idosos ficaram bastante prejudicados com a aproximação do valor da pensão ao valor mínimo de subsistência. Depois de analisar a questão e com vista a resolvê-la, o Secretário prometeu que ia efectuar um novo relatório actuarial específico devido à alteração drástica do actual sistema, em que se aproxima o valor da pensão do valor mínimo de subsistência, prejudicando os idosos.



Contudo, até à data ainda não foi divulgado nem o referido relatório actuarial nem as respectivas medidas, e o valor da pensão para idosos já foi ajustada no dia 1 de Julho passado.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No passado, quando o Governo divulgou o “*Estudo do regime da pensão para idosos antecipada*”, nada referiu quanto à relação entre os prejuízos causados aos mais de 40 mil idosos que anteciparam a pensão e o aumento significativo do valor desta, que passou de 1700 para 3350 patacas. Com vista a resolver a questão, o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura prometeu que ia efectuar um novo relatório actuarial específico, devido à alteração drástica do actual sistema, em que se aproxima o valor da pensão ao valor mínimo de subsistência, prejudicando os idosos. Com o ajustamento da referida pensão no dia 1 de Julho passado, o Governo da RAEM deve avançar, imediatamente, com o tal novo relatório actuarial específico dos prejuízos causados aos mais de 40 mil idosos que anteciparam a sua pensão entre 2008 e 2015, período em que o valor da pensão aumentou significativamente. O Governo vai fazê-lo?
2. Com base nisto, o Governo da RAEM deve implementar medidas para



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

reduzir eventuais prejuízos causados por futuros ajustamentos do valor da pensão para idosos (por exemplo, se se confirmar que os descontos efectuados durante 15 anos são superiores ao valor efectivo que o idoso recebeu, então, depois de completar 65 anos, a sua pensão não deve ser sujeita a mais descontos, mesmo quando houver lugar a ajustamentos). O Governo vai fazer isso?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Ng Kuok Cheong

6 de Julho de 2015